



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JAFC
Nº 70022642508
2007/CÍVEL

AÇÃO DIRETA DE
INCONSTITUCIONALIDADE

ÓRGÃO ESPECIAL

Nº 70022642508

COMARCA DE PORTO ALEGRE

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA
BRASILEIRA

PROPONENTE

MUNICÍPIO DE TENENTE PORTELA

REQUERIDO

CÂMARA MUNICIPAL DE
VEREADORES DE TENENTE
PORTELA

REQUERIDA

EXMO. SR. PROCURADOR-GERAL
DE JUSTIÇA

INTERESSADO

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Partido da Social Democracia Brasileira, acoimando de inconstitucional o § 3º do art. 34 da Lei Orgânica do Município de Tenente Portela, assim como o art. 10 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores, os quais determinam que o mandato da Mesa Diretiva da Casa será de apenas um ano.

Dispõe o § 3º do art. 34 da Lei Orgânica Municipal do Município de Vista Gaúcha:

“Art. 34 – [...].

§ 3º - A Câmara de Vereadores reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de primeiro de janeiro, no primeiro ano de legislatura, para a posse de seus membros e eleição da Mesa, para o mandato de um ano, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.”



94V
H

JAFc
Nº 70022642508
2007/CÍVEL

E o art. 10 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores tem a seguinte redação:

“Art. 10 – O mandato dos integrantes da Mesa será de um ano, respeitado o que dispõe o § 3º, art. 34 da LOM.”

Esse tema não é novo. Em recente julgamento, do qual participei, o Órgão Especial, por maioria, apreciando a ADI n. 70012968343, ajuizada pelo Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, figurando como relator o Des. Araken de Assis, declarou a inconstitucionalidade de dispositivos da Lei Orgânica do Município de Taquara e do Regimento Interno da Câmara Municipal, haja vista que é de observância obrigatória, em razão do princípio da simetria, a regra contida nos artigos 49, § 4º, da Constituição Estadual e 57, § 4º, da Constituição da República, que fixa em dois anos o mandato das Mesas Diretoras das Assembléias Legislativas, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

E isso, no caso *sub judice*, não foi observado.

A Constituição Federal, em seu art. 57, § 4º, prevê que “Cada uma das Casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente”.

Essa regra é reproduzida no art. 49, § 4º, da Constituição Estadual, quando determina que “Será de dois anos o mandato de membro da Mesa, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente”.

Portanto, a simetria necessária não teria sido seguida.



JAFc
Nº 70022642508
2007/CÍVEL

Inequívoca a relevância dos fundamentos da ação direta de inconstitucionalidade. Não se ignora posição contrária, tendo como norte a opinião balizada de Hely Lopes Meirelles, *in* Direito Municipal Brasileiro, p. 599, 12ª edição, ed. Malheiros, 2001. Que, em suma, sustenta a autonomia municipal para o tema. Apesar disso, os precedentes desta Casa são em sentido contrário, haja vista a ADI n. 70012968343, Rel. Des. Araken de Assis, e a ADI n. 70000519009, Rel. Des. Osvaldo Stefanello.

Entretanto, não é o caso de concessão de liminar. O risco na demora do pronunciamento judicial residiria no fato da ocorrência de eleição (por sinal, noticiada que já teria ocorrido). Todavia, o objeto da ADIN não ataca a legitimidade da eleição da mesa diretora propriamente dita, tão-somente o prazo de validade do mandato. De sorte que não há necessidade do provimento liminar. A consequência da declaração de inconstitucionalidade jamais seria, *ipso facto*, a prorrogação do mandato.

Notifique-se a Câmara Municipal, na figura de seu Presidente, para que, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente as informações que entender necessárias.

Cite-se, no prazo de 40 (quarenta) dias, o Procurador do Estado.

Oportunamente, dê-se vista ao Senhor Procurador-Geral de Justiça.

Porto Alegre, 19 de dezembro de 2007.

DES. JOSÉ AQUINO FLÔRES DE CAMARGO,
Relator.

\BNG.